

IPT**INSTITUTO DE PESQUISAS
TECNOLÓGICAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.**

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Em 2007, o IPT continuou o processo de reorganização e reestruturação iniciado em 2005 e alcançou resultados bastante positivos ao aumentar as vendas de projetos, tanto em volume quanto em relação ao valor médio.

Os projetos que estavam ativos de janeiro a dezembro de 2007 somam valor de R\$ 202 milhões, o que representa um crescimento de 59,1% em relação ao mesmo período de 2006. Deste total, R\$ 44,1 milhões são referentes a investimentos em equipamentos e infra-estrutura, representando um aumento de 25,7% em relação a 2006. Em termos de ensaios correntes o valor total obtido em 2007 foi de R\$ 23,1 milhões, o que representa crescimento de 24,0%, em relação ao ano anterior.

Esses resultados positivos refletem a assertividade do processo de reestruturação, do instituto.

A maior parte dos projetos foi de pesquisa, desenvolvimento e inovação 40%, seguidos de serviços tecnológicos 24% e capacitação laboratorial 17%.

A Petrobrás é atualmente o maior cliente do Instituto, responsável pela contratação de 22% do total dos projetos, empresas privadas são responsáveis por 21%; agências de fomento respondem por 18%; governo 17%; empresas estatais e autarquias com 13% e outros com 7%.

O IPT obteve em 2007 recursos relevantes com projetos voltados para modernização, ampliação, reforma e instalação de laboratórios. Da lista dos doze maiores projetos em vigor, que representam 34% do valor total contratado, 65% são voltados para capacitação laboratorial. Estes recursos foram concedidos principalmente por empresas privadas, que se anteciparam às necessidades de suporte e investiram em infra-estrutura que, além de colocar o IPT em melhor patamar de desenvolvimento, os beneficiará no futuro próximo.

Os projetos de maior destaque no ano são os do "Laboratório de Estruturas Leves", no Parque Tecnológico de

São José dos Campos, financiados pela Embraer, Finep e Fapesp; projeto "Construção de Laboratório Medição de Vazão de Óleo", financiamento da Petrobras; projeto "Modernização do Laboratório de Corrosão", financiamento Petrobras; projeto "Modernização e Instrumentação do Túnel de Vento do IPT", financiamento Petrobrás; projeto "Investigação das causas do colapso da obra do Metrô", financiado pelo Metrô.

A produção técnica do instituto resultou na emissão de 31.763 documentos técnicos, compreendendo relatórios, certificados de calibração, relatórios de ensaios, pareceres, entre outros, foram acessadas 70.480 normas técnicas, atendidas 6.685 consultas, firmados 12 acordos de sigilo e confidencialidade, depositadas 6 patentes no Brasil e 8 no exterior.

Em setembro entrou em operação o Portal Interno de Negócios, que visa ordenar, orientar e estimular o processo de geração de projetos do instituto. De setembro a dezembro foi verificado um número recorde de propostas de projetos, 268 no valor de R\$ 94 milhões, e destas já foram contratados R\$ 35 milhões.

As medidas adotadas ao longo do ano resultaram no aumento da Receita Bruta, com prestação de serviços e venda de produtos, de R\$ 67.625 mil em 2006 para R\$ 75.836 mil, em 2007, correspondendo a um aumento de 12,1%.

No âmbito da Agenda para o Desenvolvimento do Estado, o IPT destacou-se também na esfera institucional, haja vista que sua Diretoria de Política Industrial e Tecnológica, criada no início de 2007, veio reforçar o papel do Instituto como principal executor da política de desenvolvimento tecnológico do Estado de São Paulo.

Março de 2008

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	2007		2006		PASSIVO	2007		2006	
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Disponibilidades	174	201			Fornecedores	6.174	6.508		
Aplicações Financeiras (nota 4)	10.913	5.504			Salários a Pagar e Encargos Sociais	3.634	3.696		
Créditos Vinculados (nota 5)	8.565	5.982			Obrigações Tributárias (nota 10)	12.270	13.060		
Contas a Receber (nota 6)	6.908	6.332			Provisão p/Imp.Renda e Contrib.Social (nota 11)	445	577		
Adiantamentos a Colaboradores e Terceiros	1.751	3.538			Parcelamento de Contrib.Previdenciárias (nota 12)	1.290	1.231		
Impostos a Recuperar (nota 7)	4.308	5.191			Adiantamentos de Clientes (nota 13)	10.790	8.836		
Projetos em Execução (nota 8)	1.183	-			Provisão de Férias e Licença Prémio	5.880	6.709		
Fundo IPT - Saúde (nota 19)	226	49			Provisões Diversas	290	2.570		
Outros Créditos	575	471			Outras Contas a Pagar	627	452		
Total do Ativo Circulante	34.603	27.268			Total do Passivo Circulante	41.400	43.639		
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					Parcelamento de Contrib.Previdenciárias (nota 12)	12.254	12.921		
Contas a Receber (nota 6)	121	138			Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e				
Depósitos Judiciais (nota 14)	217	330			Trabalhistas (nota 14)	26.173	23.647		
Outros Créditos	269	269			Total do Passivo não Circulante	38.427	36.568		
	607	737			PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PERMANENTE					Capital Social (nota 15)	134.743	134.743		
Imobilizado (nota 9)	80.231	80.928			Reservas de Capital (nota 16)	8.415	5.814		
Total do Ativo não Circulante	80.838	81.665			Prejuízos Acumulados	(107.544)	(111.831)		
					Total do Patrimônio Líquido	35.614	28.726		
TOTAL DO ATIVO	115.441	108.933			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	115.441	108.933		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais - R\$)

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005	134.743	5.111	(91.377)	48.477
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	(14.074)	(14.074)
Doações para Investimentos (nota 16)	-	703	-	703
Prejuízo do Exercício	-	-	(6.380)	(6.380)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006	134.743	5.814	(111.831)	28.726
Ajustes de Exercícios Anteriores (nota 17)	-	-	(1.514)	(1.514)
Doações para Investimentos (nota 16)	-	2.601	-	2.601
Lucro Líquido do Exercício	-	-	5.801	5.801
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	134.743	8.415	(107.544)	35.614

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais - R\$, exceto o Lucro Líquido do Exercício/(Prejuízo) por ação)

	2007	2006
RECEITA BRUTA		
Prestação de Serviços e Venda de Produtos	75.836	67.625
Subvenção Econômica (nota 21)	46.869	47.749
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	122.705	115.374
Impostos Incidentes sobre Vendas e Serviços Prestados	(10.703)	(7.614)
Devoluções e Abatimentos	(23)	(20)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	111.979	107.740
Custo dos Serviços Prestados e Produtos Vendidos	(77.796)	(86.280)
LUCRO BRUTO	34.183	21.460
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativas e Gerais	(14.785)	(11.852)
Serviços de Terceiros	(4.293)	(3.852)
Depreciações e Amortizações	(671)	(600)
Outras Despesas Operacionais	(5.855)	(7.506)
	(25.604)	(23.810)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS EFEITOS FINANCEIROS	8.579	(2.350)
Receitas Financeiras	1.657	569
Despesas Financeiras	(2.059)	(4.230)
	(402)	(3.661)
RESULTADO OPERACIONAL	8.177	(6.011)
Resultado não Operacional - Líquido	182	208
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DO I. RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	8.359	(5.803)
Imposto de Renda e Contribuição Social (nota 11)	(2.558)	(577)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/(PREJUÍZO)	5.801	(6.380)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO/(PREJUÍZO) POR AÇÃO - EM R\$	0,0004	(0,0004)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006

(Em milhares de reais - R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT tem por objetivo atender a demanda de ciência e tecnologia dos setores público e privado, no seu campo de atuação, bem como contribuir para o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico, cabendo-lhe entre outras atividades: (a) executar projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico; (b) dar apoio técnico ao desenvolvimento da engenharia e da indústria; (c) formar e desenvolver equipes de pesquisa, capazes de contribuir para o equacionamento e a solução dos problemas de tecnologia industrial do Estado e do País; (d) colaborar em programas de especialização de técnicos diplomados pela Universidade de São Paulo e por outras instituições de ensino superior, em áreas de interesse da ciência e da tecnologia; (e) celebrar convênios ou contratos com pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, nacionais e estrangeiras; (f) prestar serviços a órgãos e entidades dos setores público e privado; (g) explorar, direta ou indiretamente, os resultados das pesquisas realizadas; (h) requerer o registro de patentes; (i) ceder o uso de patentes e de outros direitos; (j) editar e publicar trabalhos técnicos, na forma de boletins, revistas e livros.

Para o desenvolvimento desses objetivos e para manter suas operações, o IPT recebe dotações orçamentárias do Governo do Estado de São Paulo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, isto é, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e Normativas da Comissão de Valores Mobiliários, de forma consistente com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

Na elaboração das demonstrações contábeis, foram utilizadas, quando necessário, provisões contábeis determinadas pela administração relacionadas à probabilidade de eventos futuros.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Apuração do Resultado**

Apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

b) Aplicações Financeiras e Créditos Vinculados

Registrados pelo valor aplicado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

c) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente para cobrir eventuais perdas.

d) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido das respectivas depreciações calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na nota explicativa nº 9, que consideram a vida útil econômica dos bens.

e) Parcelamento de Contribuições Previdenciárias

Atualizado pelas variações monetárias e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, conforme previsto contratualmente e demonstrados na nota explicativa nº 12.

f) Passivo Circulante e não Circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas dos balanços.

g) Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

Atualizadas até as datas dos balanços pelo montante provável da perda, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados do

IPT. Para fins de demonstração estão apresentadas líquidas dos depósitos judiciais correlacionados. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 14.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base nas alíquotas vigentes sobre o lucro ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação.

i) Receitas e Despesas Financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e parcelamento.

j) Lucro (Prejuízo) por Ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento dos balanços.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2007	2006
Sistema de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM	1.557	324
Fundos de Investimento em Renda Fixa	9.356	5.180
	10.913	5.504

Os recursos aplicados no SIAFEM são oriundos de recebimentos de clientes que operam nesse mesmo sistema. A Secretaria da Fazenda aplica no FIF-Tesouro, pelo total de recursos aplicados da Corretora Virtual, e 98% do rendimento do Fundo é creditado através de rateio para as unidades.

5. CRÉDITOS VINCULADOS

	2007	2006
Contas Correntes Vinculadas	1.736	158
Aplicações Financeiras Vinculadas	6.829	5.824
	8.565	5.982

Refere-se a contas correntes bancárias e aplicações financeiras em fundo de investimentos. Esses recursos são disponibilizados por agências de fomento para financiamento de projetos específicos.

Os rendimentos auferidos no exercício por conta dessas aplicações financeiras no montante de R\$ 399 em 2007 (R\$ 520 em 2006) são incorporados aos recursos disponibilizados pelas agências de fomento, classificados na rubrica "Adiantamentos de Clientes", e permanecem vinculados para a realização dos respectivos projetos, não constituindo, portanto receita financeira do IPT.

6. CONTAS A RECEBER

	2007	2006
Contas a Receber	9.059	8.500
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.030)	(2.030)
	7.029	6.470
Contas a Receber em Longo Prazo	121	138
Contas a Receber em Curto Prazo	6.908	6.332
	7.029	6.470

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2007	2006
COFINS a Compensar	1.324	2.661
PASEP a Compensar	352	331
Contribuição Social a Compensar	741	1.081
Imposto de Renda a Compensar	129	797
IRRF sobre Aplicações Financeiras	110	121
IRRF a Compensar	1.299	200
INSS a Compensar	197	-
ISS a Compensar	156	-
	4.308	5.191

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006**

(Em milhares de reais - R\$)

	2007	2006
ORIGENS DOS RECURSOS		
Das Operações		
Lucro (Prejuízo) do Exercício	5.801	(6.380)
Ajuste de Exercícios Anteriores	(1.514)	(14.074)
Itens que não afetam o Capital Circulante:		
Depreciações e Amortizações	4.736	3.411
Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	1.752	12.893
Juros no Parcelamento de Contribuições Previdenciárias	623	843
Provisão para Devedores Duvidosos	-	386
Valor Residual na Baixa do Imobilizado e Investimento	1.128	3.690
	12.526	769
De Terceiros		
Recebimento de Doações	2.601	703
Aumento do Passivo não Circulante	773	-
Diminuição do Ativo não Circulante	176	57
	3.550	760
TOTAL DAS ORIGENS	16.076	1.529
APLICAÇÕES DE RECURSOS		
Adições de Imobilizado	5.168	1.867
Transferência do Passivo não Circulante para o Circulante	1.289	1.231
Depósitos Judiciais	45	(2.335)
TOTAL DAS APLICAÇÕES	6.502	763
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO REPRESENTADO POR:		
Ativo Circulante		
No final do exercício	34.603	27.268
No início do exercício	27.268	26.165
	7.335	1.103
Passivo Circulante		
No final do exercício	41.400	43.639
No início do exercício	43.639	43.302
	(2.239)	337
Aumento do Capital Circulante Líquido	9.574	766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Devido a ressalva do exercício de 2006, apontada pela Auditoria Independente, o IPT atuou fortemente para composição e análise dos saldos, gerando após análise, reclassificações entre contas do mesmo grupo, não alterando desta forma seu valor original.

Os valores demonstrados em 31 de dezembro de 2007 referem-se principalmente a créditos gerados no próprio ano, estando conciliados e demonstrados por faturas e por clientes.

8. PROJETOS EM EXECUÇÃO

Referem-se aos custos incorridos em projetos que se encontravam em execução em 31 de dezembro de 2007, os quais serão reconhecidos ao resultado quando do seu término e correspondente emissão do documento fiscal.

continua →

continuação



INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.

C.N.P.J. nº 60.633.674/0001-55

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)

9. IMOBILIZADO

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação	
			2007	2006
Terrenos	-	37.283	-	37.283
Edifícios e Benfeitorias	2%	50.509 (20.223)	30.286	30.724
Máqs. e Equipamentos	10%	49.721 (40.895)	8.826	7.714
Instalações	10%	7.187 (5.904)	1.283	1.331
Equip. de Informática	20%	9.945 (8.605)	1.340	1.426
Instrumentos Diversos	10%	1.011 (978)	33	36
Veículos	20%	1.430 (1.241)	189	285
Móveis e Utensílios	10%	2.533 (2.265)	268	193
Outros	0-10	741 (437)	304	295
Imob. em andamento	-	419	-	1.641
		<u>160.778</u>	<u>(80.548)</u>	<u>80.231</u>
				<u>80.928</u>

Os bens do imobilizado estão demonstrados ao custo de aquisição e os itens que sofrem depreciação são depreciados pelo método linear com taxas que refletem a vida útil econômica dos bens.

A Lei Estadual nº 5.504, de 14 de janeiro de 1960, autorizou a Fazenda Estadual a alienar o imóvel, por doação, ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas na época, uma entidade autárquica da administração centralizada. Essa doação foi efetivada na escritura lavrada em cartório em 1º de agosto de 1960.

O Decreto Estadual nº 8.576 de 16 de setembro de 1976, extinguiu o IPT como autarquia, originando a Sociedade por Ações. Por conta disso, o terreno e os edifícios foram concedidos na integralização do capital social pela Fazenda do Estado de São Paulo na constituição do IPT como Sociedade por Ações. No entanto, os trâmites legais para a regularização da propriedade dos bens perante o Registro de Imóveis serão oportunamente providenciados pela administração. O terreno e edifícios estão registrados pelo valor residual de R\$ 67.569 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 68.007 em 2006).

O valor classificado em imobilizações em andamento no exercício de 2006, refere-se a máquinas e equipamentos adquiridos no período de 1994 a 1998 através do CNPq. Em 2007 foram transferidos para a conta de máquinas e equipamentos sendo depreciado no período entre a aquisição do bem e a transferência para a conta definitiva pelo IPT. As depreciações relativas aos exercícios anteriores no montante de R\$ 1.019 foram registradas em 2007 como ajustes de exercícios anteriores no grupo do patrimônio líquido.

10. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	2007	2006
ISS	10.985	10.940
PASEP e COFINS	475	424
IRRF - Terceiros e Funcionários	733	1.656
COFINS - Retenção	23	14
PASEP - Retenção	12	9
Outras	42	17
	<u>12.270</u>	<u>13.060</u>

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As despesas de imposto de renda e contribuição social, apropriadas ao resultado do exercício podem ser demonstradas como segue:

	2007	2006
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	8.359	(5.803)
Alíquotas conforme Legislação Vigente (25% e 9%)	34%	34%
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.842	(1.973)
Diferenças Temporárias		
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(1.107)	(254)
Provisões	766	2.391
Outras	(4)	-
Diferenças Permanentes		
Multas	-	325
Outras	57	92
Imposto de Renda e Contribuição Social	<u>2.558</u>	<u>577</u>

A legislação tributária vigente no Brasil não estabelece prazo para compensação dos prejuízos fiscais auferidos em anos anteriores, porém limita sua utilização em 30% do imposto de renda devido no exercício.

Também determina que as provisões temporariamente indedutíveis devam ser adicionadas na apuração do lucro real para o cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício. Em 31 de dezembro de 2007, o IPT possui prejuízos fiscais acumulados e base negativa nos montantes de R\$ 67.347 e R\$ 39.455 respectivamente (R\$ 70.602 e R\$ 42.710 em 2006). O imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e outras diferenças temporariamente indedutíveis não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras em virtude dos prejuízos acumulados incorridos nos últimos anos pelo IPT.

12. PARCELAMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em agosto de 2003, a Administração decidiu aderir ao Programa de Parcelamento Especial de Tributos - PAES oferecido pelo Governo Federal para parcelamento de contribuições devidas ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no montante de R\$ 13.965 a ser pago em 180 parcelas mensais atualizadas pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, com término previsto para agosto de 2018.

13. ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	2007	2006
Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP	4.706	5.897
Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo	2.013	256
Petrobras	921	98
Ministério da Ciência e Tecnologia - MCT	534	142
Conselho Nacional de Des. Científico Tecnológico - CNPQ	259	266
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	218	233
Fundação de Apoio ao Inst. Pesquisas Tecnológicas - FIPT	178	16
Coimbra Frutesp Ltda.	5	5
Outros	<u>1.956</u>	<u>1.923</u>
	<u>10.790</u>	<u>8.836</u>

Os adiantamentos efetuados pelas agências de fomento FINEP, CNPQ e pela Secretaria de Desenvolvimento do Estado de São Paulo, MCT, Petrobras, representam obrigações do IPT perante os créditos vinculados disponibilizados para execução de projetos específicos classificados na rubrica "Créditos vinculados".

14. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O IPT é parte em ações judiciais e processos perante vários tribunais de naturezas trabalhistas, civis e tributárias decorrente do curso normal de seus negócios. A composição do saldo, líquido dos valores dos depósitos judiciais está demonstrada abaixo.

As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a avaliação da probabilidade de perda pelos assessores jurídicos e quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. A administração acredita que as provisões para contingências constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com processos judiciais conforme apresentado a seguir:

a) Composição

	2007	2006
Tributários	21.574	20.820
Cíveis	1.927	175
Trabalhistas	<u>2.672</u>	<u>2.652</u>
	<u>26.173</u>	<u>23.647</u>

Composição das Provisões Tributárias

	2007	2006
ISS - Auto de Infração (a)	5.669	5.669
IPTU - Execução Fiscal (b)	4.769	4.537
ISS - Execução Fiscal (c)	1.900	1.902
Outros (d)	<u>9.236</u>	<u>8.712</u>
	<u>21.574</u>	<u>20.820</u>

(a) Refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo em 27 de dezembro de 2006, decorrentes da ausência de recolhimento do Imposto Sobre Serviço - ISS sobre notas fiscais não emitidas, da ausência de recolhimento em prazo regular e do recolhimento a menor do imposto abrangendo o período de abril de 2000 a abril de 2005 no montante de R\$ 14.117, sendo R\$ 5.669 contabilizados como provisão para contingências e R\$ 8.448 contabilizados como obrigações tributárias, a qual está sendo atualizada mensalmente pela Taxa SELIC. O IPT, através de seus assessores jurídicos, protocolizou impugnação aos autos.

(b) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU referente aos exercícios de 1994 a 2003. O IPT aguarda a citação do processo.

(c) Refere-se à execução fiscal através da qual se pretende cobrar o ISS referente aos exercícios de 1992, 1994 e 1995. O IPT aguarda a citação do processo.

(d) Refere-se a riscos tributários para os quais a Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, entende ser provável o desfecho desfavorável ao IPT.

15. CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é composto de 13.474.276.451 ações ordinárias, nominativas, com valor nominal de R\$ 0,01 cada uma.

16. RESERVA DE CAPITAL

Representado por doações de bens e recursos a serem utilizados no cumprimento dos objetivos sociais do IPT. As doações recebidas no exercício totalizaram R\$ 2.601 (R\$ 703 em 2006).

17. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Refere-se a bens registrados em imobilizado em andamento no exercício de 2006, referente a máquinas e equipamentos adquiridos para projetos de fomento em exercícios anteriores 1994 a 1998, que já se encontravam em uso sem o reconhecimento das depreciações nos resultados dos exercícios.

18. TERMO DE COOPERAÇÃO

Em 20 de dezembro de 2004, o IPT firmou Termo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT pelo período de cinco anos, podendo ser prorrogado mediante termo de aditivo.

O termo tem por objetivo o planejamento e a execução, por parte da FIPT e o IPT, de programas de cooperação técnico-científica, envolvendo atividades de pesquisa, desenvolvimento, inovação, transferência de tecnologia, cursos de pós-graduação, cursos de extensão e capacitação técnica, programas de estágio, treinamento e outras atividades relacionadas as suas respectivas áreas de competência e especialização.

Na execução dos planos de trabalho criados sob esse Termo de Cooperação, a FIPT será a gestora de todos os recursos que remunerem o objeto do projeto e o IPT permanecerá na condição de executor.

Encerrado o projeto, o eventual saldo financeiro apresentado pela FIPT será destinado ao apoio e ao fomento de atividades científicas e tecnológicas de interesse comum do IPT e da FIPT, respeitadas as missões institucionais de cada organização.

Por conta do Termo de Cooperação foram registradas no exercício receitas de prestação de serviços no montante de R\$ 2.852 (R\$ 4.692 em 2006).

19. PLANO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR

Em maio de 2003, o IPT instituiu o plano de assistência médica e hospitalar em regime de autogestão e contratação coletiva, por adesão espontânea de colaboradores e estagiários.

Nos termos do regulamento desse plano, o custeio é paritário de modo que a parcela do IPT equivale a 70% daquela efetuada pelo colaborador de acordo com uma escala de contribuição embasada em faixas etárias do grupo familiar, padrão de atendimento escolhido e número de dependentes, limitado a 20% dos vencimentos nominais do mês em referência.

O plano continua sendo administrado pelo IPT nos termos da Lei Federal nº 9.656/98, e as contribuições realizadas pelo IPT no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 2.333 (R\$ 1.987 em 2006).

Os valores arrecadados, provenientes das contribuições mensais, são depositados em conta corrente única, denominada Fundo IPT-Saúde. Em 31 de dezembro de 2007, os valores arrecadados atualizados montam a R\$ 226 (R\$ 49 em 2006).

Em 31 de dezembro de 2007, foi constituída uma provisão para possíveis riscos no montante de R\$ 290.

O IPT efetuou processo licitatório em 11/01/2008, para transferir o plano de saúde administrado em regime de autogestão para empresa especializada em medicina de grupo. O processo foi concluído e aguarda-se a homologação da Secretaria do Planejamento do Estado de São Paulo e Secretaria da Fazenda, para a assinatura do contrato e a transferência do plano para a empresa vencedora do certame.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os investimentos financeiros, basicamente representados por aplicações financeiras, encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2007 com valores próximos aos praticados pelo mercado. O IPT não atua com derivativos financeiros nem com nenhum outro ativo financeiro de risco.

21. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O IPT obteve o montante de R\$ 46.210, aprovado pelo Governo do Estado de São Paulo, como Dotação Orçamentária para o exercício de 2008 (R\$ 48.210 para o exercício de 2007), conforme aprovado na Lei do Orçamento do Estado de São Paulo nº 12.788 de 27 de dezembro de 2007.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2007, o IPT possui cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para bens do imobilizado.

23. ALTERAÇÕES PRODUZIDAS PELA LEI Nº 11.638/07

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que modifica certos dispositivos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976), e que passam a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2008.

No momento o IPT e os auditores independentes, estão analisando possíveis impactos na contabilidade e nas Demonstrações Contábeis do IPT para o exercício de 2008.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e Diretoria do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

2. Exceto pelo mencionado no parágrafo 4, nosso exame, foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendiam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração do Instituto, bem como da apresentação das demonstrações contábeis acima referidas tomadas em conjunto com as notas explicativas.

3. As demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, são apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, os quais não expressaram uma opinião em razão dos seguintes assuntos:

a) Registrado no ativo imposto a recuperar decorrente das retenções no recebimento das faturas de clientes no montante de R\$ 5.191 mil. Compensação de créditos fiscais com impostos a pagar no montante de R\$ 2.280 mil. Devido à falta de documentação-suporte e conciliação dos referidos créditos com os respectivos registros e livros fiscais,

não foi concluído sobre o saldo de impostos a recuperar; b) Falta de regularização da propriedade do terreno e edifícios da entidade perante o Registro de Imóveis, no montante de R\$ 68.007 mil assim como a depreciação reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 715 mil e sobre possíveis impactos fiscais referentes à depreciação reconhecidas nos resultados anteriores;

c) Falta pelo IPT, de cálculo atuarial atualizado sobre o plano de assistência médica e hospitalar sob regime de autogestão que permitisse a adequada contabilização de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

d) As receitas de prestação de serviços são registradas quando da emissão da nota fiscal e/ou nota de débito, independentemente dos serviços executados. Não existência de um adequado controle interno que permita a alocação dos custos de serviços prestados de acordo com o princípio contábil de competência de exercício;

e) Falta de análise e composição para contas de ativo no total de R\$ 2.515 mil incluídas nas rubricas de Adiantamentos a colaboradores e terceiros e Outros créditos, e para contas do passivo no total de R\$ 4.650 mil relativas a Adiantamentos de clientes, Provisões diversas, Salários e encargos sociais e Obrigações tributárias impossibilitando a conclusão sobre os valores registrados desses ativos e passivos;

f) Falta de adequado controle interno sobre os serviços alocados aos serviços prestados (projetos) e os montantes chamados de reembolsos. Como consequência as demonstrações financeiras do IPT podem não refletir a posição patrimonial e financeira e o resultado das operações que seriam obtidas caso o IPT não tivesse operado projetos e cursos em parceria com a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas - FIPT, no exercício;

g) Saldo de imobilizado em andamento no montante de R\$ 1.451 mil,

referente a Máquinas e Equipamentos adquiridos para projetos de fomento de 1994 a 1998 que se encontravam em uso desde aquelas datas sem apropriação das respectivas depreciações que deveriam ter sido reconhecidas nos resultados dos respectivos exercícios.

Durante o exercício de 2007 a administração do IPT regularizou as deficiências que originaram as ressalvas acima apontadas no parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2006, exceto quanto à falta de solução para a regularização do terreno e dos edifícios perante o Registro de Imóveis.

4. Devido à falta de desfecho em relação à definição sobre a propriedade desses ativos, não nos foi possível concluir sobre o valor residual do terreno e dos edifícios, cujo saldo contábil em 31 de dezembro de 2007 soma R\$ 67.570 mil, nem sobre a depreciação reconhecida no resultado do exercício no montante de R\$ 1.024 mil, bem como, sobre os possíveis impactos fiscais referentes à depreciação acumulada reconhecida nos resultados dos exercícios anteriores.

5. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas, lidas em conjunto com as notas explicativas que as acompanham, exceto pelo descrito no parágrafo 4 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. São Paulo, 07 de março de 2008.

Cokinos & Associados José Luiz de Faria
Auditores Independentes S/S Contador
CRC-2SP 15.753/O-0 CRC-1SP116.868/O-8
Registro CVM nº 7.021

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S.A. - IPT, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Balanço Patrimonial e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, bem como suas notas explicativas, encerradas em 31 de dezembro de 2007, elaboradas e

apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e legislação tributária em vigor. Fundamentados nesse exame e na análise dos balancetes mensais, bem como no Parecer dos Auditores Independentes, que acompanha o presente, entendem que os referidos demonstrativos refletem a situação patrimonial

e econômico-financeira do Instituto, estando em condições de serem submetidos à apreciação dos Acionistas.

São Paulo, 13 de março de 2008

Carlos Eduardo Esposel
Luiz Carlos Kal lamondi Machado
Roberto de Francisco

continua

